

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

## Estudo Técnico Preliminar 69/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23205.031261/2025-37

## 2. Descrição da necessidade

2.1. O campus Laranjeiras do Sul não possui uma área com estruturas físicas para práticas esportivas, de lazer, de cultura e de integração com a comunidade. Por isso surge a necessidade de disponibilizar um espaço adequado e pensou-se em denominá-lo: **Centro de Acolhimento, Integração, Esporte e Cultura para o campus Laranjeiras do Sul/PR.**

### Origem da demanda:

2.2. A criação do Centro de Acolhimento, Integração, Esporte e Cultura no Campus Laranjeiras do Sul da UFFS é uma medida estratégica para fortalecer os laços comunitários, promover a diversidade e incentivar a permanência estudantil. O projeto contempla a construção de uma área esportiva com playground e banheiros, integrando espaços de convivência, práticas esportivas e expressão cultural.

2.3. O esporte, além de promover a saúde física e mental, desempenha papel central no desenvolvimento de competências socioemocionais, como trabalho em equipe, resiliência e disciplina. No contexto universitário, a disponibilidade de espaços adequados para práticas esportivas e recreativas contribui diretamente para a qualidade de vida dos estudantes, impactando positivamente em seu desempenho acadêmico e sua permanência na instituição.

2.4. O centro também visa oferecer um espaço acolhedor para estudantes mães, com infraestrutura apropriada para o cuidado de crianças, como o playground, promovendo a inclusão e o apoio a esse público específico. Além disso, o espaço será destinado a manifestações culturais, atividades de integração, encontros de organizações estudantis e ações de extensão, ampliando as possibilidades de convivência, participação e pertencimento.

2.5. Ao reunir esporte, cultura, acolhimento e integração em um único espaço, o centro será um importante instrumento para o fortalecimento da comunidade universitária, promovendo o bem-estar e contribuindo para que os estudantes permaneçam e se desenvolvam plenamente na vida acadêmica.

### Prejuízo institucional pelo não atendimento da demanda:

2.6. A não contratação desta demanda promoverá perda de recurso externo, pois o recurso é fruto de uma indicação do deputado federal Tadeu Veneri (PT-PR), via emenda parlamento, valores para serem investidos na construção de uma área esportiva e de lazer no Campus, com campo de futebol cercado e iluminado, quadra de areia, playground infantil, banheiros e chuveiros.

2.7. Sem este espaço, o campus Laranjeiras do Sul, não terá espaço que possibilitará a realização de atividades que promovam a integração entre a comunidade acadêmica e regional.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS - SEO	FABRICIO BALESTRIN

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os objetos serão classificados como OBRA, considerando o artigo 6º, inciso XII da Lei n. 14.133, de OBRA 2021 as definições de obra são:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

4.1.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018 e art. 48 da Lei 14.133/2021, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da UFFS, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.1.2. As obras serão executadas nos imóveis pertencentes a UFFS campus Laranjeiras do Sul, de matrícula do Registro de Imóvel nº28.663.

4.2. O prazo de vigência inicial do contrato poderá ser de 540 (quinhentos e quarenta) dias corridos contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº14.133, de 2021.

4.2.1. O prazo de execução inicial poderá ser de 180 (cento e oitenta) dias corridos podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº14.133, de 2021.

4.2.2 A execução será iniciada com a Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Especial de Obras - SEO, cujas etapas observarão o cronograma que acompanhará o Termo de Referência.

4.2.3. O Contrato será melhor detalhado as regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.2.4. A prestação dos serviços deverá ser em etapa única e constituirá pela execução de serviços de construção civil e instalações elétricas.

4.3. Sugere-se o regime de execução do contrato *empreitada por preço unitário*, pois este regime está definido na Nova Lei de Licitações como regime de contratação da execução da obra ou do serviço em que o preço é fixado por unidade determinada. E a remuneração da contratada é estabelecida em face dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem grandes riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

4.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens serão discriminados nas Planilhas Orçamentárias que serão anexas ao Termo de Referência.

#### **Garantias da execução e dos serviços:**

4.5. Será exigida a correspondente a **garantia da execução** nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, nas modalidades previstas, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

§ 3º O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo.

4.5.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades caução e fiança bancária.

4.5.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6. A **Garantia do produto/serviço** é de 5 anos de acordo com o art. 618 do Código Civil – Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

4.6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Exigências de habilitação**

4.7. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

#### **Qualificação técnica (Art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)**

4.8. CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA no Conselho Profissional da Categoria, que comprove atividade relacionada ao objeto.

4.8.1. Indicação de responsável técnico, profissional legalmente habilitado para execução do objeto.

4.8.2. Documentação comprobatória do vínculo do responsável técnico indicado com a licitante. Na hipótese de não constar na Certidão de Registro no conselho profissional da categoria que o profissional é Responsável Técnico da licitante, o vínculo do profissional com a licitante poderá ser comprovado através de:

- a) Documento que comprove vínculo de emprego, ou;
- b) Documento que comprove ser o profissional sócio da empresa, ou;
- c) Contrato civil de prestação de serviços.

4.9. CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA FÍSICA do responsável técnico junto ao Conselho Profissional da Categoria.

- A obrigatoriedade de registro no CREA é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 5.194/66).
- A obrigatoriedade de registro no CAU é prevista em legislação específica (Lei Federal nº 12.378/10).

#### **4.10. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**

4.10.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL, em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a Execução:

#### **4.11. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**

4.11.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, em nome do responsável técnico, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o devido comprovante de registro no Conselho Profissional da Categoria, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou equivalente, comprovando experiência profissional na execução de serviços com as seguintes características:

4.11.2. Os profissionais que apresentarem as comprovações da qualificação técnica deverão, obrigatoriamente, ser os responsáveis técnicos pela execução dos serviços.

4.12. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.13. No caso de necessidade de substituição de algum responsável técnico ao longo do contrato, deverá ser efetuada a baixa ou substituição da respectiva ART (ou equivalente), conforme indicação do Conselho. O novo profissional deverá atender às exigências mínimas indicadas para habilitação conforme o Edital de Licitação, devendo ser submetidos à Fiscalização seus atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico ou equivalentes.

4.14. Por se tratar de execução de serviço de engenharia, faz-se necessária a comprovação de qualificação técnica dos profissionais pertencentes ao quadro da empresa. Tal exigência encontra justificativa na importância e na complexidade do objeto, sendo fundamental que a Empresa seja reconhecidamente capaz de executar a obra com os requisitos necessários de qualidade, funcionalidade, durabilidade e segurança.

4.15. . A exigência de qualificação técnica visa ainda garantir que não se formalize contrato com quem não possa demonstrar, mediante sólida documentação, qualificação para o atendimento ao Objeto que se anunciou.

4.16. **Qualificação econômico-financeira:** de acordo com o art. 22 da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 3, de 2018, estabelece que a comprovação da situação financeira das empresas será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

4.16.1. Quando apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices, o art. 24 da Instrução Normativa determina que elas deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo, na forma do §4º do art. 69 da Lei n. 14.133, de 2021, que possibilita à Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, a fixação no edital de exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, como exigência para sua habilitação.

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.16.2. Critérios da participação de Sociedade cooperativa e/ou Consórcio de empresas serão detalhados no termo de justificativas técnicas no item que trata especificamente sobre o tema.

## **Vistoria**

4.17. Considerando a características da contratação é *facultado* aos Licitantes, a realização de Vistoria para conhecimento do local onde serão prestados os serviços.

4.18. Se ocorrer vistoria o agendamento deverá ser realizado por meio dos seguintes contatos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 ou das 13:30 às 17:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente com **Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental Campus Laranjeiras do Sul: no e-mail [assin.ls@uffs.edu.br](mailto:assin.ls@uffs.edu.br) ou pelo telefone (42) 3635-0011.**

4.19. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.20. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.21. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **Subcontratação**

4.22. O objeto deste certame poderá ter subcontratações de acordo com Art. 122 da Lei 14.133/2021, os percentuais estarão definidos no Encarte Técnico e no Termo de Justificativa Técnica que será um dos Anexo do Termo de Referência.

Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

## **Critérios de sustentabilidade**

4.23. Estes serviços deverão estar de acordo com padrões de sustentabilidade exigidos na Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI/MPOG. Em qualquer situação deverão ser aplicadas as normas do INMETRO e as normas da ABNT, Normas de Segurança e de Prevenção Contra Incêndio, atualizadas e específicas para cada situação.

4.24. Os projetos foram elaborados conforme legislação vigente e normas da ABNT aplicáveis, seguindo as boas práticas e levando em consideração a economia de materiais, utilização de materiais menos poluentes etc.

4.20. A contratação deverá estar em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

## **Normativos que disciplinam os serviços objetos desta contratação**

4.25. Os serviços de reforma e os equipamentos/materiais que por ventura venham a ser fornecidos ou aplicados deverão, no que for cabível, obedecer aos seguintes requisitos técnicos, e demais legislações, resoluções técnicas ou normativas, que vierem a substituí-los ou complementá-los:

- Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Federal nº 6.496/77 – Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica;
- Lei Federal nº 12.378/2010 – Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo;
- Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR;
- Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia –CONFEA;
- DECRETO nº 7.983 de 2013 – Regras e critérios para elaboração de orçamentos de referência;
- Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI/MPOG - critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens;
- Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - AGU;
- LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019 - Disciplina as edificações na área urbana do Município de Erechim e revoga a Lei nº 6.259/2016.
- LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 23 DE OUTUBRO DE 2023 - Institui o Código de Obras do Município de Cerro Largo/RS, e dá outras Providências;
- DECRETO nº 7.983 de 2013 – Regras e critérios para elaboração de orçamentos de referência;
- NBR 16280:2024 - Reforma em edificações — Sistema de gestão de reformas — Requisitos;
- Instrução Normativa Nº 1/2010 SLTI/MPOG.
- Manual Licitações e Contratos, Orientações e Jurisprudências do TCU, 5ª edição;
- Manual de Obras Publicas - Edificações Práticas da SEAP - Secretaria de Estado da Administração e Patrimônio;

**Informações complementares**

4.26. Muitas informações solicitadas neste ETP estarão contempladas no Encarte Técnico - Projetos Básicos/ Executivo e nos Memoriais Descritivos e de Especificações, e também no Termo de Justificativas Técnicas.

**5. Levantamento de Mercado**

5.1. Por trata-se de Obra, diversos empresas/construtoras/fornecedores que possuem condições e habilidades para a realização destes serviços, tanto a nível local como nacional podem participar da licitação:

5.2. As soluções disponíveis no mercado compõem-se de contratação de serviços de engenharia, o qual tem projetos elaborados pelos engenheiros e arquitetos da instituição, sendo pensando na melhor alternativa possível para a Administração.

5.3. Como os serviços oriundos destas contratação não possuem especificidades, entende-se que o mercado apto para a participação desta licitação é amplo, pois abrange todos os fornecedores de obras/construtoras.

5.4. A exclusividade de participação de fornecedores na condição de ME/EPP/COOP na licitação, em função do valor estimado do objeto a ser licitado a referida aquisição não prevê a aplicação do disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538 /2015.

5.5. Para as pesquisas realizadas, utilizamos a abordagem paramétrica de m² para urbanização/paisagismo/quadra/cercamento e por kit para playground e ATI (Academia ao Ar Livre). Sendo que os valores consideram: construção civil e arquitetura; drenagem pluvial; alvenaria; revestimentos; instalações hidrossanitárias e elétricas BT (ajustes finos virão no orçamento executivo).

5.6. Abaixo custo estimado para a construção do Centro de Acolhimento, Integração, Esporte e Cultura com área total de 1.933,85 m² de área de intervenção.

5.7. A demanda contará com área de paisagismo de 1.1883,25 m², urbanístico com 1.933,85 m² sendo parque infantil com 101,70m², academia ao ar livre com 36,40 m², quadra de areia com 245,15 m², cercamento campo futebol de 1.500 m²; sanitário público com 50,60 m². O serviços contemplaram: construção civil e arquitetura; drenagem pluvial, alvenaria, revestimentos, instalações hidrossanitárias e elétricas de baixa tensão.

**Contratações Correlatas de Instituições Federais**

5.8. A seguir são apresentados exemplos de contratações de obras correlatas realizadas por instituições federais, demonstrando o padrão de modalidades e regimes de execução empregados.

Instituição	Objeto	Nº/Edital/Processo	Regime de Execução	de	Valor Estimado
-------------	--------	--------------------	--------------------	----	----------------

UNIFESSPA	Centro de Convivência - Campus São Félix do Xingu	P N C P - 18657063000180-1- 000037-2024	Concorrência pública	R\$ 3.303.309,00
UNIFESSPA	Centro de Convivência - Campus Rondon do Pará	Licitação 90013/2024	Concorrência pública	R\$ 2.513.610,10
UFMS	Quadras Poliesportivas Cobertas - vários campi	Concorrência Eletrônica 90003/2024	Empreitada por preço global	R\$ 12.490.916,86
UFMS	Obra Remanescente - Campus Paranaíba/MS	Processo 23104.013398 /2025-48	Concorrência Eletrônica	R\$ 1.562.267,97

### Contratações Regionais no Paraná

5.9. Foram identificadas licitações recentes no estado do Paraná e em instituições federais próximas, com características semelhantes de obras civis e esportivas.

Instituição / Município	Objeto	Modalidade	Valor	Observações
Unioeste - Francisco Beltrão	Quadra Poliesportiva Coberta	Concorrência Eletrônica Nº 90217 /2024	Não informado	Obra de campus no Paraná
UTFPR - Guarapuava	Construção do Bloco G (PAC Universidades)	Concorrência Pública 2024	R\$ 4.560.281,09	Execução completa com prazo de 300 dias
UTFPR - Ponta Grossa	Construção do Bloco I - 2.257,48 m²	Processo 23064040193 /2023-9	R\$ 4.729.068,19	Obra com instalações completas
Município de Bandeirantes	Quadra Poliesportiva 'Meu Campinho'	Concorrência Eletrônica Nº 05/2025	R\$ 386.219,72	Quadra de pequeno porte
UEPG - Ponta Grossa	Pista de Atletismo - Campus Uvaranas	Contratação Integrada 2025	R\$ 10.000.000,00	Projeto + execução em campus estadual

5.10. Em atendimento ao disposto no art. 18, inciso IV, §2º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 40/2020 e aos princípios da economicidade e eficiência previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, foi realizada análise comparativa entre as soluções possíveis para o atendimento da demanda de implantação do Centro de Acolhimento, Integração, Esporte e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul/PR, conforme as diretrizes técnicas e parâmetros orçamentários apresentados neste ETP.

### 1. Soluções Consideradas

#### a) Reforma ou adaptação de estrutura existente:

5.11. Após vistoria técnica e análise das áreas disponíveis no campus, constatou-se que não existem edificações ou estruturas esportivas preexistentes que possam ser reformadas ou adaptadas para as finalidades do projeto. A área destinada à implantação é uma gleba livre de edificações e sem infraestrutura instalada, inviabilizando o aproveitamento de estruturas já existentes.

5.12. Além disso, as atividades de lazer, esporte e integração exigem que o espaço esteja localizado dentro da área institucional, de modo a garantir o acesso contínuo dos estudantes, a segurança das atividades e o cumprimento das políticas de permanência e bem-estar estudantil. Dessa forma, mesmo que houvesse estruturas externas disponíveis, elas não atenderiam ao requisito fundamental de integração ao ambiente universitário, tornando esta alternativa tecnicamente inviável.

#### **b) Locação de imóveis ou áreas esportivas privadas:**

5.13. Foram consultadas ofertas de imóveis comerciais e áreas recreativas no município de Laranjeiras do Sul e região, porém não foram identificadas opções adequadas que contemplassem as dimensões, requisitos técnicos e de acessibilidade previstos no projeto. Ademais, a locação demandaria obras de adaptação, manutenção contínua e pagamento de aluguéis mensais, configurando solução paliativa e de alto custo a longo prazo, além de restringir a autonomia institucional sobre o uso do espaço.

#### **c) Adesão a Ata de Registro de Preços (ARP) ou Intenção de Registro de Preços (IRP):**

5.14. Consultas ao Pannel de Compras do Governo Federal (compras.gov.br) não identificaram ARPs ou IRPs vigentes que contemplem execução integral de obras civis com as características deste projeto (infraestrutura esportiva, playground, banheiros e área de convivência). As atas disponíveis concentram-se na aquisição de equipamentos isolados (como kits de playground e academias ao ar livre), não abrangendo os serviços de construção e urbanização necessários.

#### **d) Construção de estrutura própria (execução indireta por empresa contratada):**

5.15. A alternativa de construção integral por empresa de engenharia é a solução tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa, pois proporciona maior durabilidade, autonomia e adequação às normas de engenharia, sustentabilidade e acessibilidade, gerando um ativo permanente à Universidade.

5.16. Para a instituição é vantajoso proceder com licitação/contratação de empresa da área de construção civil, principalmente pela disponibilidade da emenda parlamentar. Pelas intervenções na área que será disponibilizada, como terraplenagem, paisagismo, também é vantagem a contratação de uma empresa que proceda com toda a execução do objeto deste estudo, pela responsabilidade técnica, e ainda pelo controle/fiscalização da execução do objeto contratado.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. Considerando as opções disponíveis no mercado, a solução escolhida e a ser adotada pela UFFS para atendimento da presente necessidade institucional como um todo é de empresas especializadas que atuam na área do objeto a ser contrato, o fornecimento habitual dos serviços demandados, além da existência de inúmeras prestadoras de serviço com potencial para participar da licitação.

6.2. Sendo o objeto da contratação: **Contratação de Pessoa Jurídica especializada para a construção do Centro de Acolhimento, Integração, Esporte e Cultura para o campus Laranjeiras do Sul**, Estado do Paraná, da Universidade Federal da Fronteira Sul; com área total de 1.933,85 m² de área de intervenção, sendo paisagismo de 1.1883,25m², urbanismo com 1.933,85 m² (sendo parque infantil com 101,70m², academia ao ar livre com 36,40 m², quadra de areia com 245,15 m², cercamento do campo de futebol society com 1.500 m²). Área construída do sanitário público (projeto arquitetônico, projeto de instalações hidrossanitárias e elétricas de baixa tensão) com 50,60 m².

6.3. Os serviços contemplaram: movimentação de terra, drenagem pluvial, estrutura, alvenaria, revestimentos, cercamento, cobertura, instalações hidrossanitárias, elétricas de baixa tensão, paisagismo e urbanismo.

6.4. A descrição detalhada desta reforma estará junto aos documentos técnicos que serão juntados no processo de licitação, como:

- Memorial Descritivo;
- Encarte Técnico;
- Projetos;
- Planilha Orçamentária e Cronograma físico-financeiro.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo da demanda foi estimado considerando os projetos elaborados pela equipe técnica da UFFS, conforme demonstrado através da memória de cálculo e planilhas de composição de preços da obra que será posteriormente juntada ao processo licitatório, conforme previsto no Decreto 7.983/2013.

7.2. As diretrizes para a prestação dos serviços estarão melhor detalhadas nos Memoriais Descritivos e Especificações Técnicas, estas pretendem indicar as exigências mínimas para atender a necessidade da instituição.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 500.000,00

8.1. A definição dos custos unitários de referência para estas contratações será observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021. E os itens que não estiverem contemplados nas tabelas de referência SINAPI e/ou ORSE, serão adotados custos obtidos em cotações de pesquisa de mercado.

8.2. Valor estimado é proveniente de emenda parlamentar nº 44820013 no valor de R\$ 500.000,00.

O recurso é fruto de uma indicação do deputado federal Tadeu Veneri (PT-PR) e será investido na construção de uma área esportiva e de lazer no Campus, com campo de futebol cercado e iluminado, quadra de areia, playground infantil, banheiros e chuveiros. O novo espaço possibilitará a realização de atividades que promovam a integração entre a comunidade acadêmica e regional.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. De acordo com a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação **deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:**

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

9.2. Entretanto, se o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, o parcelamento possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Nestas situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, acarretando em responsabilidades. O Tribunal de Contas da União adverte:

“É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.”

9.3. Desta forma, diante da natureza do objeto deste estudo, que trata da execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

9.6. Ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto desta contratação.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A necessidade institucional do presente Estudo, não possui relação com outras contratações da Instituição, inclusive futuras.



## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pretendida esta prevista no Planejamento e Gerenciamento de Contratações PCA 2025, cadastrada o Documento de Formalização de Demanda - DFD nº 40/2025.

11.2. No PDI-PPA UFFS 2020 - 2023\_(atualização 21.12.2020) temos:

Objetivo 7 - Desenvolvimento da Cultura

Objetivo específico 12 Disponibilizar os centros de Cultura e Vivência para os campi, devido ao crescente número de professores e alunos, gerando uma demanda por um local destinado à convivência e às atividades culturais.

Plano de Ação SEO009 - Disponibilizar os Centros de Cultura e Vivência para os campi (CL, CH, ER, LS e RE)

11.3. No PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL ANUAL (PA) E PROPOSTA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA UFFS 2025 - consta o plano de ação SEO004.

11.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2025
- Data de publicação no PNCP: 16/01/2025
- Classe/Grupo: 541 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS
- Identificador da Futura Contratação: 128/2025

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Pretende-se com a presente contratação entregar para a comunidade acadêmica um espaço para praticas esportivas, atividades culturais, de fortalecimento da comunidade universitária, promovendo o bem-estar, e interação com a comunidade externa.

12.2. Um dos diferenciais do espaço será a criação de infraestrutura acolhedora para estudantes mães, com a instalação de playground e áreas apropriadas ao cuidado de crianças, fortalecendo a política de inclusão e apoio à permanência estudantil.

12.3. Dessa forma, o Centro contribuirá para:

- Ampliar as possibilidades de convivência, participação e pertencimento da comunidade acadêmica;
- Incentivar a prática esportiva e a promoção da saúde;
- Apoiar a inclusão de públicos específicos, como mães estudantes, favorecendo a conciliação entre maternidade e vida acadêmica;
- Proporcionar espaço adequado para manifestações culturais, atividades artísticas e integração comunitária.

12.4. Assim, o empreendimento representa um investimento estratégico na melhoria das condições de permanência e integração estudantil, alinhado às diretrizes institucionais de promoção da inclusão, diversidade e qualidade de vida no ambiente universitário.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Importante a licitante analisar todos os documentos técnicos, bem como a planilha orçamentária, para apresentar à fiscalização possíveis inconsistências no material para que, em tempo hábil, a contratante possa apresentar as soluções, não ocorrendo paralisações ou falta de frente de obra.

13.2. O preposto ou responsável técnico da empresa, antes de iniciar qualquer serviço, deve conversar com o fiscal técnico designado, pra verificar o local para providências do layout do canteiro de obras.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada item deste estudo será realizada no Termo de Referência da contratação, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. Considerando o interesse do Campus Laranjeiras do Sul de viabilizar um Centro de Acolhimento, Integração, Esporte e Cultura para promover a diversidade e incentivar a permanência estudantil, é viável disponibilizar uma área de lazer e integração com a comunidade externa.

15.1.2. Em termos técnicos, a contratação é viável tendo em vista ser pautada em critérios objetivos, derivados de projetos elaborados por profissionais habilitados da instituição, segundo as normas técnicas.

15.1.3. E, economicamente sua viabilidade fundamenta-se nas pesquisas de preços das tabelas SINAPI e ORSE.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABRICIO BALESTRIN**

Autoridade competente

**DAIANE REGINA VALENTINI**

Membro da comissão de contratação

**WILLIAM PLETSCH DOS SANTOS**

Membro da comissão de contratação

**SANDRA SALETE VILBERT**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 23/10/2025 às 13:29:37.*

**FABIO ONETTA**

Membro da comissão de contratação

**BRUNO CEZAR MONICH FREITAS**

Membro da comissão de contratação

**ROBERTO ROSEIRA**

Membro da comissão de contratação



**F0091 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES Nº 5/2025 - DAADM (10.55.01)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 23/10/2025 14:48 )**

**BRUNO CEZAR MONICH FREITAS**

TECNICO EM ELETROTECNICA

ASSINFR - LS (10.42.10.05)

Matrícula: ###545#6

**(Assinado digitalmente em 23/10/2025 14:06 )**

**DAIANE REGINA VALENTINI**

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

ACAD - ER (10.44.05)

Matrícula: ###769#2

**(Assinado digitalmente em 23/10/2025 14:12 )**

**FABIO ONETTA**

ENGENHEIRO-AREA

ASSINFR - LS (10.42.10.05)

Matrícula: ###700#3

**(Assinado digitalmente em 23/10/2025 15:03 )**

**FABRICIO BALESTRIN**

SECRETARIO(A) - TITULAR

SEO (10.55)

Matrícula: ###730#5

**(Assinado digitalmente em 23/10/2025 14:05 )**

**ROBERTO ROSEIRA**

TECNICO EM EDIFICACOES

ASSINFR - LS (10.42.10.05)

Matrícula: ###456#6

**(Assinado digitalmente em 23/10/2025 13:41 )**

**SANDRA SALETE VILBERT**

CHEFE - TITULAR

DAADM (10.55.01)

Matrícula: ###676#4

**(Assinado digitalmente em 23/10/2025 13:52 )**

**WILLIAM PLETSCH DOS SANTOS**

COORDENADOR GERAL - TITULAR

ADM - LS (10.42.10)

Matrícula: ###243#3

Visualize o documento original em <https://sipac.uffs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 5, ano: 2025, tipo: F0091 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES, data de emissão: 23/10/2025 e o código de verificação: 6e5293f4a0